

ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL EM OPERAÇÕES DE PAZ: O CASO DA MINUSTAH¹

Lorraine Morais Braga

Resumo

O objetivo deste estudo é apresentar as condicionantes que contribuíram para a ocorrência de casos de abuso e exploração sexual feminina praticada por pacificadores durante a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). O trabalho busca compreender a conjuntura a partir de uma perspectiva feminista, considerando a influência do patriarcado, da masculinidade militarizada e das condições socioeconômicas do país para a perpetuação da violência contra meninas e mulheres no decorrer da missão.

Palavras-chave: Patriarcado. Masculinidade Militarizada. Exploração Sexual Feminina. Operações de Paz. MINUSTAH.

Abstract

The objective of this study is to present the conditions that contributed to the occurrence of cases of female sexual abuse and exploitation practiced by peacemakers during the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH). The paper seeks to understand the conjuncture through a feminist perspective, considering the influence of patriarchy, militarized masculinity and the socioeconomic conditions of the country to perpetuate violence against girls and women during the mission.

Keywords: Patriarchate. Militarized Masculinity. Female Sexual Exploitation. Peace Operations. MINUSTAH.

¹ Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes.

INTRODUÇÃO

A atual crise pela qual passa o Haiti iniciou-se no ano de 2000, após a eleição que levou à presidência o ex-padre Jean-Bertrand Aristide. Diante de denúncias de adulteração dos votos, Aristide perdeu o apoio de parcela substancial da sociedade, que não acreditava na capacidade governamental em restabelecer a ordem. Logo, em fevereiro de 2004, eclodiram manifestações violentas exigindo a saída do presidente, bem como eleições diretas, deixando o país à beira de um conflito civil. No mesmo ano, Aristide deixou o poder, criando-se, então, uma profunda instabilidade política no país, que culminou no colapso das estruturas estatais. A dificuldade de acesso à água potável, o desemprego, a falta de postos de saúde, de delegacias, de agentes de segurança e, por consequência, diversos casos de violação dos direitos humanos foram apenas algumas das consequências de tamanha convulsão social (THEBAUD, 2004, apud FONTOURA, 2009).

Com o cenário de violência que se estabeleceu no país, a ONU instituiu, em fevereiro de 2004, a Força Multinacional Provisória (FMP) para promover a segurança na capital e em outros pontos da ilha. Em abril do mesmo ano, o Conselho de Segurança autorizou, por meio da resolução 1542, a criação da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) cujos objetivos principais eram a manutenção da segurança e da ordem, o suporte ao novo governo, ao processo constitucional e à promoção aos direitos humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2004).

Apesar do compromisso com a proteção aos cidadãos, a partir de 2004 surgiram várias acusações acerca de abusos sexuais e exploração sexual cometidos contra meninas e mulheres no país. Mediante investigações realizadas em reportagens da mídia internacional e de relatórios de organizações governamentais e não governamentais, constatamos diversos relatos e denúncias de casos de tráfico de pessoas, prostituição de sobrevivência, e relacionamentos amorosos entre pacificadores e locais, que inseriram meninas e mulheres haitianas em uma situação de vulnerabilidade e coerção.

Este trabalho parte da hipótese de que diversos fatores sociais e econômicos decorrentes da crise política e seu agravamento, com o terremoto de 2010, inseriram essas mulheres em uma condição de extrema vulnerabilidade, obrigando-as a recorrer à prostituição forçada para garantir a própria subsistência e da família. Além dos elementos internos do país, destacamos, também, a influência da estrutura patriarcal na sociedade haitiana para a ocorrência e a perpetuação dessas violências. Adicionalmente, de particular importância, tem-

se a subjugação feminina reproduzida por agentes da paz por meio de concepções machistas e sexistas que são reforçadas pelas instituições militares.

Ponderamos que, ainda, é relativamente pouco discutida a questão da exploração sexual entre agentes internacionais e mulheres locais considerados como relacionamentos “transnacionais”, mas que podem ser classificados como prostituição forçada devido à incapacidade de as mulheres consentirem plenamente, observando-se o contexto de fragilidade social e econômica. Logo, consideramos este trabalho como uma modesta contribuição para compreensão das causas estruturais que podem colaborar para a ocorrência de casos de exploração sexual nas Operações de Paz das Nações Unidas e, assim, refletir como se pode minimizar ou acabar com essa violência.

Em termos metodológicos, trata-se de trabalho hipotético-dedutivo, ancorado em insights da literatura feminista para análise de dados oriundos da revisão bibliográfica, de artigos científicos, reportagens das imprensas nacional e internacional, resoluções, acordos e relatórios emitidos pela ONU e por ONGs, entre outras fontes. Em termos de estruturação, o artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução. A primeira discute temas ligados à literatura feminista, particularmente questões relativas à concepção de patriarcado, assim como a inserção do feminismo nas Relações Internacionais e sua contribuição para a discussão de temas de segurança internacional, e de Operações de Paz particularmente.

Para a melhor compreensão das causas das crises do Haiti, a segunda seção sintetiza o contexto histórico contemporâneo do país, destacando as consequências advindas do terremoto de 2010 e um breve debate sobre a desigualdade sociocultural da mulher haitiana, discorrendo sobre como isso abala a concepção que ela tem sobre si mesma e sobre seu papel na sociedade. Em seguida, apontamos os casos de exploração sexual no país praticado pelos pacificadores mediante prostituição formal, de sobrevivência e de “relacionamentos transnacionais”, demonstrando as possíveis causas para a ocorrência desses fatos. Por fim, lançamos nossas considerações finais.

1 O MOVIMENTO FEMINISTA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

“Nós percebemos a importância da nossa voz quando somos silenciadas”.

Malala Yousafza

Em linhas gerais, pode-se argumentar que o patriarcado é instituído numa ordem de gênero que estabelece características e identidades para um indivíduo de acordo com a sua biologia, influenciando a construção do papel social de homens e mulheres. De geração em geração, transmitiu-se o mito de que a mulher possuía o talento nato para o lar, para a família e para a manutenção da harmonia familiar. Por outro lado, o homem deveria ser o provedor financeiro e o líder da família, devendo todo o restante do corpo familiar obediência e submissão a ele, legitimando a mentalidade patriarcalista do direito de dominação do homem, tanto na esfera pública como na privada (LAVOR, 2015). Sendo assim, o patriarcalismo é uma estrutura que privilegia o sexo masculino, tornando os homens predominantes nas lideranças políticas, na constituição de normas e leis, sendo a principal autoridade moral.

Desse modo, o movimento feminista é, sobretudo, um movimento político que, dentre os seus objetivos, reside o da superação da hierarquia socialmente estabelecida que perpetua a desigualdade social entre os sexos, impedindo que as mulheres possuam os mesmos direitos e oportunidades dos homens. Desde as primeiras manifestações da inconformidade com a dominação masculina, as feministas reivindicam o acesso às liberdades que os homens desfrutavam, pois, segundo elas, as mulheres detêm a mesma capacidade intelectual do que o homem, contrapondo-se às visões de Rousseau e Aristóteles, que legitimavam a inferioridade feminina como uma menor capacidade intelectual/biológica (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Contudo, não podemos considerar que, na contemporaneidade, existe apenas “o” movimento feminista, mas, sim, vários feminismos compostos por diversas correntes pensamentos e posicionamentos distintos que buscam abranger a cultura, a raça e a classe social das mulheres; movimentos que combinam a militância pela igualdade de gênero com a investigação das causas e dos meios da reprodução da dominação masculina (MIGUEL; BIROLI, 2014). Embora haja diversas vertentes, existem três principais que dão origem às demais no ocidente: O Feminismo Radical, o Feminismo Socialista e o Feminismo Liberal.

O Feminismo Radical defende que a dominação masculina seria uma das primeiras e mais profundas formas de opressão, considerando o patriarcado como um sistema que mantém o poder pessoal, privado e público dos homens e estabelece instituições de apoio para

manter a hegemonia masculina. Dessa forma, as feministas dessa vertente buscam a autonomia e a liberação das mulheres das normas masculinistas e heteronormativas por meio da valorização da cultura “feminina”, uma vez que acreditam que as mulheres têm diferentes concepções de justiça, sendo um possível transformador da sociedade (MONTE, 2013).

O Feminismo Socialista (ou Marxista) argumenta que a família e a divisão sexual do trabalho são as fontes da opressão e exploração feminina. Isso ocorre porque a desvalorização e naturalização do trabalho reprodutivo permitem a organização do sistema capitalista como ele é tornando os homens e as grandes corporações dependentes do trabalho não remunerado que as mulheres fazem na manutenção do lar e na criação dos filhos (MONTE, 2013).

Por sua vez, o foco do Feminismo Liberal reside na visível discriminação de gênero no mercado de trabalho identificado por meio dos salários desiguais entre homens e mulheres e a pouca representatividade feminina em posições de comando e autoridade (LORBER, 1997). Assim, a causa da opressão feminina seriam as barreiras legais do Estado, que impedem os direitos femininos individuais. Nesse sentido, para reverter a hierarquia de gênero, o Estado deve promover a igualdade de oportunidades sociais e econômicas entre os sexos (MONTE, 2013).

Os movimentos exerceram um questionamento profundo aos pensamentos únicos sobre as relações humanas e os contextos sociopolíticos, econômicos e culturais (MIRANDA, 2015). Assim sendo, o princípio da luta pela liberdade feminina pode ser detectado por meio da afirmação “o pessoal é político”, que incluiu no espaço público, as questões que eram vistas e tratadas como “privadas”. Para a base liberal, o conceito de público diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado como político. Já o privado relaciona-se com a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, alheio à política. Ao utilizar esse conceito, o movimento chama a atenção das mulheres sobre o caráter político da sua subordinação por meio das leis, políticas e pela divisão sexual do trabalho no lar e fora dele. Diante disso, os problemas “pessoais” só podem ser resolvidos por meio de ações políticas (TIMOTEO, 2013).

Portanto, de acordo com Timoteo (2013), esses movimentos significaram uma redefinição do poder político e da forma de entender a política. Colocaram novas questões no âmbito público e no doméstico, como campanhas pelos direitos legais das mulheres, pelo direito da mulher à sua autonomia e à integridade de seu corpo, pelo direito ao aborto e direitos reprodutivos, direito à proteção contra a violência doméstica, contra o assédio sexual e o estupro, provocando a ruptura de uma cultura política profundamente autoritária e excludente para as mulheres e outros atores não hegemônicos (MIRANDA, 2015).

Logo, com a inserção dos questionamentos feministas no âmbito público, eles também foram incluídos nos estudos das Relações Internacionais objetivando identificar o papel das instituições e normas do sistema internacional para a assimetria existente entre homens e mulheres. Dessa maneira, buscar estabelecer uma ordem social na qual não sejam mais presentes as hierarquias de gênero, raça ou classe (SJOBERG, 2009).

A contribuição feminista para os estudos de segurança internacional tem ocorrido por meio de análises e reformulações dos conteúdos tradicionais, como Estados, paz e a guerra, tal como o incentivo para tratar sobre assuntos novos e/ou negligenciados (SJOBERG, 2009). Essa colaboração é demonstrada, por exemplo, nos estudos sobre a posição das mulheres e o poder de gênero.

O primeiro trata sobre a reflexão acerca da ausência e a marginalização das mulheres na disciplina das RI, e busca incentivar a presença desses indivíduos excluídos nas relações internacionais mediante a conscientização de que essa exclusão está intimamente ligada ao poder de gênero. Ou seja, a aceitação da hierarquia entre os sexos como um fator natural demonstra que esses conjuntos de normas e significados estão presentes em discursos, instituições e em diversos níveis, nacional e internacionalmente. Esse fator é o foco das feministas preocupadas com o poder de gênero, pois elas buscam suprimir os movimentos da política internacional que contribuem para a perpetuação de formas de pensamento de feminino e masculino, que servem de base para a organização da vida social e provoca a consequente valorização do masculino, de tal forma que as atividades consideradas particularmente do homem tenham maior prestígio diante das identidades e atividades tidas como tradicionalmente femininas (MONTE, 2013).

Assim, essa hierarquização de gênero é uma construção política, pois distribui poder, autoridade e recurso para privilegiar os homens, enquanto o acesso das mulheres a esses itens é desigual e desprivilegiado. Desse modo, o poder de gênero está ligado à posição das mulheres e seria a causa da exclusão das mulheres da alta política. Ademais, a construção dessa esfera como de alto prestígio automaticamente a torna um âmbito naturalmente masculino, dificultando a inclusão das mulheres nesse meio (MONTE, 2013).

Além disso, a abordagem feminista buscou demonstrar que as ameaças à segurança não são apenas as guerras e a violência internacional, mas, também, a violência doméstica, a pobreza, a subordinação de gênero e a violência sexual na guerra. Por exemplo, estudiosas feministas assinalaram que a violação é mais prevalente em tempos de guerra do que em tempos de paz, ressaltando a séria ameaça à segurança das mulheres por meio da violação e demonstrando que a violência é institucionalizada e praticada por vezes como uma ação

recreativa. Por essas razões, estudiosas feministas têm pressionado a temática da violação sexual em tempos de guerra na agenda de Estudos de Segurança, afirmando que se trata de um problema de segurança coletiva (SJOBERG, 2009).

Ademais, entre outros temas tratados pelo feminismo na segurança internacional, está a crítica à participação de militares em Operações de Paz e sua relação com as violações ocorridas contra civis em países em conflito ou pós-conflito. Para Enloe (2014), o militarismo é um “pacote de ideias”, ou seja, um compilado de suposições, valores e crenças estruturado de acordo com os seguintes princípios:

A) a força armada é a melhor maneira de resolver tensões; B) A natureza humana é propensa ao conflito; C) ter inimigos é uma condição natural; D) que as relações hierárquicas produzem ação efetiva; E) que um Estado sem um exército é ingênuo, quase moderno e mal legítimo; F) em tempos de crise aqueles que são femininos precisam de proteção armada; e G) em tempos de crise qualquer um que se recuse a praticar ações violentas está comprometendo seu próprio status como um homem viril (WOMEN PEACEMAKERS PROGRAM, 2014, p. 7, tradução nossa).

Desse modo, o treinamento militar envolve a preparação de soldados para reagir rapidamente em circunstâncias altamente agressivas e violentas. Ao longo desse processo, a masculinidade de muitos homens muda, criando uma identidade particular chamada de “masculinidade militarizada”, uma combinação de traços e atitudes hipermasculinas, hegemônicas e associadas, principalmente, a soldados militares (ENLOE, 2000; WHITWORTH, 2004).

De todos os locais em que a masculinidade é construída, a guerra e as forças armadas são umas das instâncias mais diretas e eficazes. E, mesmo com as mudanças sociais e políticas, o guerreiro ainda continua sendo um símbolo da masculinidade por meio da promessa de “fazer soldados se tornarem homens”, sugerindo que as pessoas consideram que as forças armadas são capazes de ensinar a masculinidade, enquanto o próprio soldado vem secundariamente (WHITWORTH, 2004).

Essa virilidade é usada para a criação do guerreiro estoico, forte e sem emoção, disposto a envolver-se na violência quando ordenado. Alguns teóricos que estudaram tanto o militarismo quanto a masculinidade sugerem que existe uma forte conexão entre organizações militares e representações hegemônicas da masculinidade. Algumas dessas reproduções envolvem desumanizar o inimigo a fim de tornar os combatentes emocionalmente preparados para eliminar a oposição em tempos de guerra (LOPES, 2011).

Whitworth (2004) argumenta que, para desumanizar o inimigo, é preciso eliminar o “outro” de si e alimentar um ideal exagerado de masculinidade, ou seja, depreciar tudo que é marcado pela diferença, como mulheres, pessoas de cor e homossexuais. No treinamento militar, por exemplo, os recrutas são incentivados a se tornar “homens reais”, provando que não são mulheres, sendo utilizadas humilhações de gênero (como chamá-los de “mulherzinha”, “garotinha”) cada vez que um soldado demonstra fraqueza ou algum tipo de sentimento. Tal fato implica, portanto, a desumanização da feminilidade, transformando a mulher no “outro” que não deve ser respeitado, pois possuem características consideradas inferiores (DUNCANSON, 2007).

Esses atributos sociais definidos para homens e mulheres fortalecem os estereótipos de protegido e protetor, em que homens estariam sempre na “linha de fogo” e as mulheres, em casa (SANTOS, 2015). Logo, os militares masculinos são sempre descritos como o “soldado herói” que protege os indivíduos indefesos, em sua grande maioria crianças e mulheres, que são colocadas em uma posição de fragilidade e vulnerabilidade em relação aos homens, pois não detêm características “fortes” para se defender.

A identificação do homem como protetor e guerreiro e a mulher como a protegida e, portanto, fraca, pacífica e vulnerável dificulta que as mulheres sejam levadas a sério no domínio público. Nesse sentido, são necessárias características “masculinas” para adentrar em um espaço tão perigoso como a guerra (DUNCANSON, 2007), impedindo que as mulheres ingressem e/ou se tornem combatentes nas forças armadas (SANTOS 2015), tornando sua representação muito menor do que a dos homens. E tal fato se verifica ao se observar que as Operações de Paz ainda são constituídas, em sua maioria, por militares do sexo masculino (HICKS, 2001, p.40 apud FONTOURA, 2009), mantendo a hegemonia masculina da guerra.

Nesse sentido, a masculinidade militarizada torna as mulheres suscetíveis a ataques sexuais. Esses ataques decorrem da vulnerabilidade, da desumanização do feminino, da cultura da sociedade que naturaliza a concepção de que as mulheres devem estar sempre disponíveis sexualmente para os homens e na crença de que eles têm o direito de usufruir do corpo feminino mesmo sem consentimento.

Em suma, os movimentos feministas contribuíram para a inserção do gênero e questionamentos de segurança feminina nos estudos das Relações Internacionais. Entretanto, apesar dos avanços alcançados até então, diversas discussões e resoluções não são possíveis devido à estrutura patriarcal vigente e a seus perpetuadores incorporados nos altos comandos das relações internacionais e da disciplina acadêmica. Tal fato impossibilita, muitas vezes,

que medidas, leis, normas sejam postas em práticas ou realizadas de maneira plena, dificultando que se alcance a igualdade de gênero.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O HAITI

A disputa pelo poder tornou a próspera ex-colônia francesa em um dos países mais pobres da América Latina na atualidade (MATIJASCIC, 2008). O regime ditatorial Duvalierista teve início em 1957, quando, por meio de um plebiscito manipulado, François Duvalier foi proclamado presidente vitalício do Haiti. A sua estabilidade política ocorreu por meio de assassinatos de seus rivais políticos e de líderes populares, executados por uma polícia opressora que também atacava, torturava e matava cidadãos por diversos motivos banais. Com a morte de François Duvalier em 1971, seu filho Jean-Claude Duvalier assumiu o poder, concedendo-se o título de presidente vitalício e dando continuidade à política autoritária de violência e terror (KAMINSKI, 2011).

No entanto, as medidas liberalizantes de Jean-Claude Duvalier não agradaram a base conservadora, e tal fato permitiu a formação da oposição, que exigia o fim da ditadura. Logo, em 1986, a população iniciou manifestações pedindo a saída de Jean-Claude Duvalier. A fragilização do Estado, o desmantelamento das instituições, a perda de apoio dos militares e dos conservadores, juntamente com os protestos populares violentos, não permitiram a continuidade do regime da família Duvalier. Assim, o então presidente deixou o governo e refugiou-se na França.

O Exército assumiu o comando e formou uma junta civil-militar para governar o país durante um período de transição democrática, que duraram dois anos (KAMINSKI, 2011). Em fevereiro de 1991, Jean-Bertrand Aristide, um ex-padre de raízes humildes, foi eleito e transformou-se na esperança da população para a resolução dos problemas do Haiti. Entretanto, em outubro de 1991, Aristide sofreu um golpe de Estado arquitetado por militares haitianos. Após se exilar nos Estados Unidos, o ex-presidente liderou uma ação para compelir a sociedade internacional a intervir.

A primeira missão na ilha, em 1994, teve como objetivo realocar Jean-Bertrand Aristide no poder, mesmo sem o apoio do setor militar. Aristide retomou a presidência naquele mesmo ano, sendo substituído em 1996 por Rene Préval. Nesse ano, foi enviada a Missão Suporte das Nações Unidas no Haiti (UNSMH), que buscou reconciliar e recuperar economicamente o país. Todavia, devido às dificuldades da UNSMH em cumprir seu mandato, a missão foi substituída pela Missão de Transição das Nações Unidas do Haiti (UNTMIH), que permaneceu no país até o final de 1997. Em seguida, com os mesmos objetivos da operação anterior, foi criada a Missão da Polícia Civil das Nações Unidas do Haiti (MIPONUH), presente na ilha até 2000.

Em 2000, Jean-Bertrand Aristide foi reeleito em uma votação considerada fraudulenta. Criou-se, assim, uma oposição constituída pela sociedade civil, por empresas, partidos políticos e comunidade internacional, que pediam a renúncia do presidente considerado ilegítimo e incapaz de conter a corrupção e melhorar a economia do país (COBERLLINI, 2009).

A Comunidade do Caribe (CARICOM) apresentou uma proposta em que o presidente poderia continuar seu mandato até o fim, mas o plano não teve êxito, o que agravou a situação no país e levou ao ressurgimento da violência, ao colapso das instituições e à ineficácia da segurança pública. Em fevereiro de 2004, iniciaram-se conflitos armados na cidade de Gonaïves, que se espalharam, após alguns dias, para o restante da ilha. O ápice da onda de violência ocorreu em 28 de fevereiro, quando moradores saquearam depósitos e as forças do governo de Aristide iniciaram ataques contra a população, deixando o Haiti à beira de uma guerra civil. Após pressões da comunidade internacional, Aristide saiu do país e buscou refúgio na África do Sul.

Boniface Alexandre assumiu, então, a presidência interina, solicitando auxílio à ONU para conter a evidente crise no país. Depois de uma reunião extraordinária, foi criada a resolução 1529 de 2004, que fundou a Força Multinacional Provisória (FMP) para encerrar o conflito, apoiar o governo de Boniface Alexandre e preparar o Haiti para o estabelecimento da MINUSTAH (FOLHA ONLINE, 2004).

Em abril de 2004, o Conselho de Segurança aprovou a resolução 1542 de 30 de abril de 2004, que instituiu a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). A função da MINUSTAH era manter um ambiente estável e seguro e apoiar o governo de transição em busca de reestruturar o sistema institucional do país com o apoio das autoridades locais (CORBELLINI, 2009). Especificamente, o objetivo era:

Auxiliar na reestruturação e na reforma da Polícia Nacional Haitiana (PNH); no estabelecimento de um programa de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR); na restauração e manutenção do estado de direito (rule of law), da segurança e da ordem públicas; além de proteger o pessoal, facilidades, instalações e equipamentos da ONU e de garantir a segurança dos civis “sob iminente ameaça de violência física”. Tais ações, dentro das capacidades e áreas de atuação da Missão, estavam e continuam amparadas pelo Capítulo VII da Carta da Organização (CALVALCANTE, 2009, p. 58).

Nesse sentido, diversas ações foram efetuadas com o intuito de conter a violência pelo país. Destacam-se, por exemplo, o “patrulhamento extensivo nas favelas, ações para a detenção de líderes das principais gangues, criação de checkpoints nas entradas e saídas das

favelas, ações antissequestro e treinamento de novos policiais” (CSNU, 2008, apud CAVALCANTE, 2009), que ajudaram a restituir a confiança da sociedade no sistema público de segurança.

Contudo, em janeiro de 2010, o país foi marcado por uma tragédia. Um terremoto de magnitude 7,0 na escala Richter devastou a região oeste do Haiti, a cerca de 30 km da capital, Porto Príncipe. O então primeiro-ministro do Haiti, Jean-Max Bellerive, estimou a morte de 316 mil pessoas, além de 350 mil feridos (UOL NOTÍCIAS, 2011). Três anos após o desastre, o país ainda se encontrava em escombros: 357.785 haitianos continuavam em 496 acampamentos e, até início de 2014, os desabrigados eram estimados em mais de 200 000 pessoas (SEGUY, 2014).

Em 2015, o país ainda se encontrava sem assistência básica, como coleta de lixo, e as pessoas estavam abrigadas em barracas de lona para não ficarem expostas ao sol e à chuva. Cerca de 80% da população estava vivendo na pobreza, e o desemprego atingia 30% dos haitianos, apesar do envolvimento da população em muitos projetos que geram milhares postos de trabalho relacionados à reconstrução do país (AGUIAR, 2015).

No ano seguinte, em 2016, o país sofreu outro desastre ambiental. Dessa vez, houve a passagem do furacão Matthew sobre a ilha, com ventos de até 230 km/h, o que provocou a morte de mais de 1000 pessoas (VEJA ABRIL, 2016), deixando cerca de 61.500 desabrigados (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016). Nessa ocasião, as autoridades do país informaram que 90% do sul do Haiti foram destruídos (IG SÃO PAULO, 2016). A maioria da população dessa região vivia da pesca e de pequenas plantações, e a taxa de pobreza estava em cerca de 60% a 70% (VEJA ABRIL, 2016). Nesse sentido, o furacão agravou a situação dessa população que residia nas áreas periféricas e que já eram afetadas pelos altos índices de pobreza.

Diante desses diversos fatores internos, segundo a avaliação do Fundo para a Paz em seu Índice de Estados Falidos, o Haiti figura entre o grupo de países “em alerta”, o que significa que a estabilidade estatal haitiana é considerada precária e extremamente frágil (KAMINSKI, 2011). O país possui diversos fatores que o levaram a ser classificado como um Estado caótico e fraco: a incapacidade de provisão de bens políticos, a presença de lideranças autocráticas e corruptas, a situação de instituições falidas, uma sociedade civil intimidada, altos níveis de criminalidade, alta taxa de mortalidade infantil, entre muitas outras deficiências.

No que tange à situação feminina no país, as mulheres haitianas sofrem, há um longo período, violências físicas e psicológicas decorrentes de um Estado não democrático e

opressivo. Segundo Hamann (2015), as mulheres são subjugadas e “sofreram tanto senão mais que os homens durante as violentas ditaduras que se instauraram no país desde a independência em 1804”.

Não à toa, o estupro no país foi, e é utilizado como ferramenta de opressão para inferiorizar as mulheres: “Os seus corpos fazem parte do campo de batalha. Quando as mulheres representam a honra de uma comunidade, a sua violação e gravidez forçada são formas de atingir e destruir essa comunidade” (PERDIGÃO, 2010, p. 17).

A atual questão de gênero no Haiti é preocupante, pois, culturalmente, meninas são coagidas a se casarem ainda jovens com homens mais velhos, impedindo que elas tenham acesso integral à educação. Estima-se que 60% das mulheres haitianas sejam analfabetas, e, mesmo quando se tem educação, ganham salários menores que os dos homens para realizar o mesmo trabalho (PEREIRA, 2015). Ademais, a impossibilidade de uma educação acessível e de qualidade aumenta a insciência sobre o uso de preservativo e sua importância para o combate às DSTs e à prevenção de gravidez indesejada. Cerca de 40% das famílias haitianas são sustentadas por mulheres, em uma cultura onde os homens podem se casar com várias mulheres não assumindo, na maioria das vezes, a responsabilidade pelo cuidado dos filhos (CRISTINA, 2015).

Outro dilema decorrente da desigualdade de gênero é a subordinação feminina à figura masculina, que naturaliza os casos de violência doméstica e justificaram as violências sexuais cometidas contra mulheres no âmbito público a partir dos conflitos de 2004. Aponta-se que 35 mil mulheres foram abusadas no país, incluindo 32 mil casos de estupro cometidos por membros da polícia haitiana, por outras forças de segurança e grupos armados anti-Aristide (BBC BRASIL, 2006).

A falta de representatividade feminina na política ocasionou a negligência de leis para crimes cometidos contra mulheres, e é possível detectar a indiferença e a discussão tardia sobre temas que envolvem mulheres. Somente em 2005 foi ratificada a lei que criminaliza o estupro, e, mesmo assim, as punições para esse crime dificilmente ocorriam, seja pela dificuldade de leva-lo à Justiça, seja por descaso da sociedade (HAMANN, 2015).

Em 2010, iniciaram-se atividades para proteger as mulheres contra todo o tipo de violência mediante planejamentos e ações de proteção e empoderamento. Mas a dissolução do parlamento, em 2015, impediu o progresso em projetos de leis que protejam as vítimas de violência doméstica, assédio sexual e outras formas de violência (HUMAN RIGHTS WATCH, 2016), tornando meninas e mulheres suscetíveis a ataques pela falta de leis que criminalizassem as violações.

3 FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA A OCORRÊNCIA DE CASOS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL NO HAITI

A violência sexual pode ser definida como um fenômeno que inclui variados atos de violência não consentidos relacionados à sexualidade humana, tais como prostituição forçada, escravidão sexual, mutilação genital, exposição ou participação forçada em pornografia (SKJELSBÆK, 2001 apud FONTOURA, 2009). De forma geral, o conceito de “abuso sexual” está ligado diretamente ao maior ato de violência sexual cometido sob coerção: o estupro (FONTOURA, 2009). Há, ainda, o caso da exploração sexual, uma violência sexual que se apropria comercialmente do corpo como mercadoria para auferir lucro, “o ato de lucrar monetária, social ou politicamente de alguém. Esta exploração pode se dar por meio de redes de prostituição, pornografia, tráfico humano e turismo sexual” (FONTOURA, 2009, p. 22).

Tradicionalmente, abuso e exploração sexual são relacionados, respectivamente, ao estupro e à exploração de prostitutas. Mas a violência sexual em Operações de Paz esconde inúmeras outras relações entre militares e mulheres locais que navegam entre o “consentido” e o “não consentido”, e que, para os envolvidos, vão, muitas vezes, além do sexo. Assim, a ONU utiliza definições mais abrangentes para os relacionamentos entre pacificadores e locais, pois essas relações são permeadas por assimetrias de poder e de recursos, e estabelecem prejuízos a médio e em longo prazo às mulheres e meninas locais (FONTOURA, 2009). Desse modo, a Organização das Nações Unidas define exploração sexual como: “Qualquer tentativa ou de fato abuso de uma posição de vulnerabilidade, poder diferencial ou confiança para propósitos sexuais, incluindo, mas não apenas, lucro monetário, social ou político da exploração de outro” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2003, tradução nossa). Já o “abuso sexual” é definido como “A intrusão física real ou ameaçada de natureza sexual por força ou sob condições coercitivas e desiguais” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2003, tradução nossa).

Nesse sentido, pelo conceito utilizado pela ONU, a má-conduta sexual refere-se não apenas às relações sexuais forçadas, mas à prostituição e ao uso, por parte do *peacekeeper*, de sua posição de poder para obter favores sexuais. A troca de sexo por comida, roupas, dinheiro, presentes ou qualquer outro bem de consumo é considerada conduta inadequada, pois, diante da assimetria de poder existente entre o *UN personnel* e a população, tira-se, da mulher, sua capacidade de consentir livremente, de modo que quaisquer categorias de relacionamento entre agentes e moradoras locais são “fortemente desencorajadas” (FONTOURA, 2009).

Ainda que tenha ocorrido o avanço das políticas que buscam proteger as mulheres, como a política de tolerância zero para casos de abusos e exploração sexual, desde a chegada da MINUSTAH no Haiti, em 2004, houve diversos relatos, acusações e denúncias de estupro, prostituição forçada, escravidão sexual, assédio e pedofilia praticados por capacetes azuis.

O primeiro caso de abuso sexual foi denunciado em fevereiro de 2005, no qual uma mulher haitiana afirmou ter sido estuprada por três militares paquistaneses. A investigação preliminar realizada pela ONU declarou que, na realidade, era um caso de prostituição. Entretanto, a jovem relatou que “os policiais pediram para uma mulher levá-la a uma plantação de banana com a promessa de lhe dar roupas novas, mas, ao invés disso, [...] a agarraram, abaixaram suas calças, deitaram-na no chão e a estupraram” (TERRA, 2005).

No mesmo, ano surgiu um caso envolvendo um suposto estupro cometido por um soldado brasileiro em 2004. Apesar de três investigações feitas em 2005, nenhuma prova concreta foi encontrada, porém o soldado acusado (aparentemente do Exército) foi enviado de volta para o Brasil (FOUNTOURA, 2009).

Antes de tudo, declaramos que não existe apenas um fator para explicar o porquê da ocorrência de abuso e exploração sexual em Operações de Paz. Sugerimos que há um conjunto de elementos que podem nos ajudar a compreender as causas e as circunstâncias que facilitaram a violência contra meninas e mulheres praticadas por pacificadores durante a MINUSTAH.

A instauração da Missão de Paz no Haiti estimulou o surgimento de Economias de *Peacekeeping* (*Peacekeeping Economy*), atividades econômicas que não aconteceriam ou ocorreriam em uma escala menor sem a presença internacional (JENNINGS e BOAS, 2015). Geralmente, a missão e a presença dos pacificadores aumentam a indústria sexual nesses locais, e uma vez que onde há a presença de fatores que contribuam com a demanda interna para prostituição, haverá uma expansão nos índices de tráfico sexual de pessoas (SMITH e SMITH, 2010).

De acordo com Smith e Smith (2010), antes da implantação da MINUSTAH, não foram emitidos relatórios sobre o tráfico de pessoas no Haiti. As denúncias e os primeiros relatórios foram realizados a partir de 2004, o que sugere que a implantação da MINUSTAH ocorreu ao mesmo tempo em que a violência contra as mulheres começou a aumentar no Haiti. Seguindo essa hipótese, simultaneamente com os diversos relatos descritos neste trabalho, supomos que a presença de um grande número de soldados impulsionou o surgimento de uma Economia de *Peacekeeping* contribuindo para o fortalecimento da indústria sexual, a criação de bordéis e o tráfico de pessoas para suprir a demanda recém-

criada (FONTOURA, 2009), somada com o aumento da “oferta” de meninas e mulheres na prostituição devido ao contexto socioeconômico dessas vítimas. Logo, a Economia de *Peacekeeping* é tanto uma consequência da instituição da missão como uma causa do aumento dos casos de exploração sexual.

Ademais, o Haiti não possuía a indústria sexual consolidada para atender a nova demanda, levando os traficantes a recorrerem à República Dominicana para supri-la. Muitas mulheres foram para o Haiti com a promessa de trabalhar como garçonetes, empregadas domésticas ou diaristas, porém a maioria foi traficada para se prostituir em boates e bordéis gerenciados por redes internacionais de tráfico humano (JENNINGS e RISTANOVIC, 2009).

Uma das vítimas relatou que foi para o Haiti para trabalhar como garçoneiro em um bar, mas, após ser enganada, tornou-se prostituta. De acordo com a jovem, mesmo não “gostando de trabalhar no país”, ela não tem escolha, já que os passaportes das mulheres são retidos pelos empregadores (DESVARIEUX, 2010). Outra mulher descreve que deixou a República Dominicana com a pretensão de ganhar muito dinheiro. Contudo, relata que os lucros são baixos (cerca de \$150 por noite), e ainda são divididos com o dono da boate, enquanto o restante é para pagamento das despesas do local onde ela vive e para enviar para o filho que vive com a avó no seu país de origem (MUNZENRIEDER, 2010).

O governo haitiano e Organizações Não Governamentais (ONGs) encontraram, também, vários casos de tráfico infantil que, em sua maioria, ocorrem em domicílios designados de “restaurações estimadas”, que recebiam crianças órfãs. Eram cerca de 230 mil moradias e inúmeras denúncias de abusos sexuais, espancamentos e escravidão por membros da família desses locais. Além disso, acredita-se que crianças de 4 a 12 anos de idade que conseguiam fugir dessas residências e viviam nas ruas eram sequestradas, obrigadas a trabalhar em bordéis e vendidas sexualmente para soldados da ONU e atores internacionais (UNCHR, 2010).

O Departamento de Estado dos Estados Unidos, em um relatório sobre tráfico de pessoas, afirmou que houve diversos casos de estrangeiros envolvidos em denúncias de abuso, exploração sexual e turismo sexual contra crianças no país. Em 2013, um estadunidense foi condenado em seu país por incentivar a prostituição infantil em uma instalação que fornecia comida, roupa e moradia para crianças haitianas (UNCHR, 2010).

A conjuntura de pós-conflito do país é um dos principais fatores para a prevalência do abuso e da exploração sexual. As altas taxas de violência, corrupção, pobreza, fome e sua população em extrema vulnerabilidade social e econômica inseriram meninas e mulheres em uma posição de fragilidade, agravadas pela perda de membros da família nos conflitos ou nos

desastres naturais. Nesse contexto, elas são obrigadas a se tornar provedoras de seus lares ou se tornam órfãs.

Ademais, a falta de educação impossibilitou que elas conseguissem empregos formais, o que explica o fato de que muitas recorreram à prostituição como meio de sobrevivência (RUBINSTEIN, 2003, p.44). A presença internacional é considerada, então, uma das únicas maneiras de se conseguir dinheiro, remédio, água e alimentos, ou como “a última” forma de se ascender socialmente e obter a oportunidade de um padrão de vida minimamente digno. Partes significativas dos cidadãos do país estão vivendo em condições de precariedade, em que as necessidades imediatas são urgentes e, às vezes, a sua única solução é a mercantilização do corpo. Assim, a pobreza é um fator significativo para compreender o envolvimento de meninas e mulheres na exploração sexual (LEÃO; MOURA, 2016).

Uma jovem relatou que, após não comer por três dias, pediu dinheiro para um homem que passava pela rua, que lhe respondeu que ela precisava “dar algo em troca”. Com fome e sem dinheiro, a garota decidiu fazer sexo com ele, iniciando sua vida na prostituição. Após essa inserção, ela alega que conseguiu comprar uma “barraca, roupas e um celular” (ARMSTRONG, 2011). Uma jovem de 15 anos descreveu que:

Estava meus amigos e eu andando pelo Palácio Nacional, quando encontramos uma dupla de Agentes humanitários. Os homens nos chamaram, nos mostraram seus pênis e nos ofereceram 100 “gourdes Haitianos” (US\$ 2,80) e chocolate para chuparmos eles. Eu disse não, mas algumas meninas fizeram isso e conseguiram o dinheiro (CSÁKY, 2008, p. 5, tradução nossa).

Em outro agrupamento da indústria sexual estavam as “garotas privadas” ou “*homegirls*”, que geralmente vivem com a família e envolvem-se em relações com pacificadores para melhorarem seu padrão de vida. Desse modo, conseguem meios para pagar por “cuidados dentários, consertos, mensalidades para irmãos ou filhos [...] bem como compra de utensílios domésticos e eletrodomésticos” (KOLBE, 2015, p. 12, tradução nossa).

Nesses relacionamentos, existe um “flerte” antes do contato sexual, e as mulheres ganham presentes, como perfumes, roupas, celulares, computadores, joias etc. As vítimas descrevem a relação com o pacificador como um “namoro”, e essa classificação surge devido ao apoio financeiro e emocional que os pacificadores dão para as vítimas, que são, em sua maioria, jovens que frequentam a escola e precisam de alguém que pague os materiais escolares, uniformes, celulares e alimentos. “Todos os dias há coisas que eu quero. Um novo telefone. Sapatos. Eu posso comprá-los ou posso pedir [um pacificador] para comprá-los para

mim. Se eu parar [engajar-se em sexo transnacional] não tenho [as coisas que quero]” (KOLBE, 2015, p. 12, tradução nossa).

Outras mulheres demonstram quais são suas motivações: “Uma mulher que [se envolve em sexo transnacional] pode obter dinheiro para escola profissional. Ela pode pagar pela educação. Ela pode ter oportunidade” (KOLBE, 2015, p. 14, tradução nossa). Em outro relato:

Não vou mentir. Parte da minha motivação são as coisas que percebo que não preciso. Toda mulher quer ter coisas boas. Quando ele me dá dinheiro é como um pagamento. Mas quando ele me dá um colar ou um perfume, que diz que ele gosta de mim. Eu sei que ele é casado. Não tenho ilusões que isso vai durar. Mas por agora, eu gosto que ele goste de mim e que ele me dá presentes que eu gosto (KOLBE, 2015, p. 12, tradução nossa).

[...]

Todas as mulheres têm que escolher um homem... Eu escolhi os homens que me dão o que preciso. Dou-lhes o sexo... e eles me dão dinheiro. Dão-me comida. Eles pagam taxas da escola do meu filho [...] Para dizer a verdade, minhas amigas estão todas com inveja! Elas têm um homem que lhes deu apenas um bebê. Ele não pode comprar leite de que o bebê precisa. [...] eu tenho sorte e meus amigos sabem disso! Eu faço, pego o que recebo dele, e ele sai. Não tenho de cozinhar para ele ou lavar as roupas dele (KOLBE, 2015, p. 13, tradução nossa).

[...]

Ele paga as taxas da minha escola. Ele me leva para dançar. Ele compra um bom jantar. Se minha mãe está doente, ele compra a medicação de que ela precisa. [...] eu preciso ser romântica com ele, mesmo que eu não tenha esses sentimentos. Sou obrigada a fazer sexo com ele, mesmo se eu tenho uma dor de cabeça e não quero fazer sexo. Devo fazê-lo, porque, se não temos ninguém para pagar as coisas que preciso, vou ter que sair da escola (KOLBE, 2015, p. 9, tradução nossa).

Nesses casos em que as jovens se envolvem “conscientemente” com os pacificadores, mesmo que elas não se associem com a prostituição para garantir a subsistência, elas ainda estão inseridas em um país pobre e desigual. Diante da falta de oportunidade e da ausência de ampliação das expressões da questão social, podemos considerar que a imposição de padrões de consumo, elaborados pela ordem societária vigente, é um fator importante para apreendermos as determinações da exploração sexual nos tempos contemporâneos, tendo em vista que o desejo de “mudar de vida” (expresso em poder de consumo) é cada vez mais visível nas crianças e adolescentes que estão imersos na exploração sexual. Assim, o poder de consumo representa uma espécie de mudança de vida (LEÃO; MOURA, 2016) para as meninas e mulheres que se envolvem no “relacionamento transnacional”, pois essa é a única maneira de elas conseguirem ir a um restaurante, ao cinema, continuar na escola, ter um celular, roupas e outros bens materiais.

Devemos ressaltar que a existência da violência e exploração sexual contra as meninas e mulheres no Haiti só é possível devido aos seus precedentes nas sociedades mediante o contexto econômico tratado anteriormente. Cabe destacar, ainda, a prevalência de práticas

discriminatórias sexistas e machistas perpetuadas por milênios contra as mulheres por meio da construção do gênero estritamente binária e hierarquizada que estabeleceu o feminino do lado inferior, enquanto instituiu a supremacia do masculino. E esses padrões reforçam disparidades e a depreciação do sexo feminino em relação ao masculino (VIANA; SOUSA, 2014).

As identidades masculinas agregam maior concentração de poder, são hegemônicas e estabelecem-se a partir de práticas nas quais os agentes reproduzem padrões para atingir o status de homens dominantes que, por sua vez, serve de referência para naturalizar as diferenças e as hierarquias de gênero (VIANA; SOUSA, 2014). O modelo de masculinidade que tem como eixo central o poder pode contribuir para que os homens exerçam a dominação sobre as mulheres, tornando-as submissas a eles. E a mulher (a dominada) adere à dominação de maneira irrefletida, passando a considerar que aquilo seja natural. Dessa maneira, o homem torna-se o principal beneficiado pelo sistema, principalmente o homem rico, branco e adulto (SAFIOTTI, 1987, 2004; SANTOS e IZUMINO, 2005).

O abuso e a exploração sexual podem ser considerados instrumentos de dominação, pois, segundo Heberle (2006), a violência sexual é um ato de abuso de poder, e não simplesmente um ato sexual. Mais do que a satisfação do desejo sexual, para o qual poderia o agressor recorrer ao ato aceito socialmente, ou seja, sexo entre adultos, o abuso é um ato de violência e desejo de dominação. Assim, o modelo hegemônico masculino de poder e força se reproduzem por meio da violência contra a mulher, que é desvalorizada e reificada meramente em razão de ser do sexo feminino, sendo objeto de dominação sexual masculina.

Desse modo, o abuso e a exploração sexual cometidos contra meninas e mulheres podem não ser originados do desejo sexual ou amoroso, mas derivados de uma demonstração de poder e de dominação masculina sobre a feminina na subjugação do seu corpo e da sua autonomia como indivíduo (VIANA; SOUSA, 2014). E trata-se, portanto, de algo facilitado durante as Operações de Paz, considerando-se a desigualdade de gênero e a fragilidade econômica dessas mulheres, que tornam seus corpos como “moeda de troca”, reforçando o poder que um pacificador do sexo masculino tem sobre o corpo e a vida de uma menina ou mulher haitiana. Tal situação demonstra, novamente, o poder de um homem em relação a uma mulher em uma sociedade patriarcal, que utiliza e banaliza a violência contra as mulheres e está fundamentada na noção de que elas sempre devem estar disponíveis para o prazer sexual dos homens.

Essas convicções patriarcais também podem ser fortalecidas durante a “transformação de um homem em soldado”. Em outras palavras, os combatentes enviados para as missões são militares treinados para o combate e, como já visto, o militarismo é uma instituição masculina

em termos de seus membros e políticas, que reforçam hierarquias de poder dentro e entre os Estados, recriando relações de gênero e raça (WHITWORTH, 2004).

Podemos identificar vários aspectos da masculinidade militarizada que podem encorajar comportamentos sexuais violentos. Por exemplo, a necessidade de um soldado ser agressivo, racional e forte para poder proteger seu país e seu povo, que é recompensando diante de demonstrações de comportamentos “masculinos”, e que é repreendido e punido por qualquer comportamento considerado “feminino”, sendo chamado de mariquinha, senhora, mulher, puta, veado, entre outros (WHITWORTH, 2004). Cria-se, assim, um pensamento de que a masculinidade é tudo aquilo que a feminilidade não é, prejudicando as mulheres e outros grupos na sociedade (DUNCANSON, 2007).

Whitworth (2004) explica que, às vezes, um bom soldado não é necessariamente um bom pacificador, pois é necessário que, ao participar de uma operação de paz, o soldado seja altruísta, neutro e capaz de resolver conflitos, possuindo sentimentos como sensibilidade e empatia, atributos desencorajados pelo treinamento militar tradicional.

Desse modo, na maioria das vezes, essas missões não permitem que esses soldados tenham um combate direito, e as forças de paz não têm a mesma capacidade de reforçar a masculinidade dos soldados. E, assim como argumenta Whitworth (2004), os pacificadores recorrem ao abuso e à exploração sexual para provarem a si mesmos e aos seus companheiros que ainda são sexuais, promíscuos e, portanto, masculinos.

Em linha semelhante, Mendes e Santos (2013) afirmam que as pesquisas sobre masculinidade buscam compreender o papel dos homens nas relações violentas, levando em consideração que a masculinidade é um processo de construção social contínuo, frágil, disputado, prementemente vigiado e autovigiado. Sendo assim, o homem é socialmente cobrado, devendo evitar posturas não másculas e sempre fornecer provas de sua masculinidade (ALMEIDA, 1996, p.2), pois este atributo é considerado uma qualidade que, da mesma maneira que se obtém, pode ser perdido (JIMENEZ; HARDY 2001, p. 82).

Assim sendo, pressupõe-se que homens também são vítimas de um sistema sociocultural que impõe a dominação masculina, à qual estão presos sem perceber, considerando-se como um processo natural. Isso não significa que os homens são inocentes nas ocasiões de violência contra as mulheres, mas é necessário considerar que os que praticam qualquer violência contra mulher são produtos de uma cultura machista que os possibilita exercer o poder de dominação ou até a praticar a violência contra a mulher sem uma plena percepção desses atos na vida das vítimas. No entanto, a não concepção da violência contra meninas e mulheres não os isenta da culpa pela agressão cometida (SILVA; COSTA, 2014).

No caso em tela, a intimidação e coerção são evidentes na maioria dessas relações, pois existe uma grande assimetria de poder de entre um homem militar armado e funcionário da ONU e uma mulher negra e pobre de um país subdesenvolvido. De acordo com um relato, “uma mulher que fala abertamente com seu homem, sendo sincera e direta, ela tem controle igual no relacionamento. Eu poderia nunca, nunca, jamais fazer isso com [um pacificador], porque então eu seria deixada sozinha” (KOLBE, 2015, p. 15, tradução nossa). Em outro caso, uma informante diz que “não foi estupro, mas também não foi exatamente consensual. Eu senti que não tinha escolha” (DODDS, 2017). Outra vítima enfatiza: “Não acho que você pode realmente ter [um pacificador] como um namorado ou marido. Com um namorado ou um marido você precisa ser capaz de dizer não. [...] Com [um pacificador] você não pode realmente dizer não” (KOLBE, 2015, p. 14, tradução nossa).

Além do sentimento de impotência, inferioridade e medo, os relacionamentos entre moradoras locais e soldados da paz deixam sequelas, como a disseminação de HIV/AIDS na comunidade. Geralmente, as mulheres não sabem a importância do uso do preservativo em todas as relações sexuais com os soldados para prevenir DSTs ou uma gravidez indesejada: “Eu apenas pergunto [o pacificador] se ele precisa usar preservativo ou não. Eles têm médicos na base. Eu sei que eles os testam para doenças. Então, se ele não precisa usar, então não usamos” (KOLBE, 2015 p. 15, tradução nossa).

Outra jovem alega: “Pessoalmente, eu não sugiro preservativos, mas se ele traz um, eu o colocarei, depois de algumas vezes eles param de trazer os preservativos” (KOLBE, 2015 p. 16, tradução nossa). “Se você ainda estiver usando um preservativo após uns alguns meses, dirão ao homem que você não é uma garota confiável” (KOLBE, 2015 p. 16, tradução nossa). “Quando ele me liga e diz para ir encontrá-lo, eu sei precisamente o que ele quer, naquela hora ele está de bom humor e não quero irritá-lo dizendo: ‘vamos usar um preservativo’” (KOLBE, 2015, p. 16, tradução nossa).

Segundo o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), a presença dos militares da ONU aumenta a proliferação da doença, colocando em risco a saúde da população (UNAIDS, 2003 apud FORTE, 2014). As mulheres são as mais vulneráveis ao contágio do HIV/AIDS, tanto pela questão de desigualdade de gênero, como pela impossibilidade de negociar o uso do preservativo com os agentes ou pelo desconhecimento sobre a contaminação de DSTs. De acordo com a UNAIDS (2008), elas representam 52% da população mundial que vive com HIV/AIDS em países de baixa e média renda (UNAIDS, 2008, apud FORTE, 2014).

Por fim, uma consequência importante dos abusos e exploração sexual no país é o nascimento dos *peacekeeping babies*, crianças que têm como pai os soldados da paz, mas normalmente são abandonadas por eles após o fim da missão. É o caso, por exemplo, de uma jovem haitiana que, após descobrir a gravidez, teve de enfrentar acusações por parte de funcionários da ONU que alegavam estar mentindo sobre seu relacionamento com o pacificador. A vítima, então, há mais de uma década reivindica que o pai de sua filha assuma a paternidade para que possa apoiá-la economicamente (DODDS, 2017).

Em outro caso, uma jovem de 16 anos relatou que foi levada para as residências das tropas brasileiras para receber alimentos, mas foi estuprada com uma arma apontada para sua cabeça. Ela engravidou e diz que chega a imaginar-se “estrangulando a filha”. Outra vítima revela que foi violentada também por um soldado brasileiro em 2008, engravidou, e o filho a acompanha pelas ruas para pedir comida (CHADE, 2017).

Essas mulheres são estigmatizadas pela comunidade por terem se envolvido com estrangeiros ou por serem mães solteiras. E tal situação causa, à criança, uma possível rejeição por parte de parentes ou da própria mãe, que terá de cuidar dela sozinha em um Estado frágil, que não consegue suprir as necessidades básicas dos seus cidadãos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo possibilitou uma análise das possíveis causas que contribuíram para o abuso e a exploração sexual de meninas e mulheres praticadas por agentes da paz durante a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti. Além disso, também possibilitou que se esclarecesse a influência da conjuntura econômica do país e do sistema patriarcal para a incidência e a perpetuação da violência contra o gênero feminino em Operações de Paz.

Consideramos que a instituição da MINUSTAH estabeleceu uma *peacekeeping economy* que proporcionou a constituição da indústria sexual e, conseqüentemente, o aumento da demanda por prostitutas, bem como a expansão do tráfico nacional e internacional de pessoas para suprir a requisição do mercado. Ademais, a conjuntura socioeconômica do país, marcada por altas taxas de pobreza e desemprego ocasionadas pelos conflitos políticos e desastres ambientais, inseriu a população em uma situação de extrema vulnerabilidade, obrigando meninas e mulheres que, em sua grande maioria, não tiveram acesso à educação e não possuíam experiências profissionais, a se prostituir por dinheiro ou itens básicos de sobrevivência.

Em outro agrupamento de vítimas, estavam as jovens que optaram por um “relacionamento transnacional” com um pacificador para melhorarem seu padrão de vida e da família. Em busca de bens materiais, as mulheres haitianas envolveram-se em um “namoro” com um *peacekeeper* para que, além de dinheiro, alimentos e presentes, elas também se mantivessem em um “círculo de proteção” existente quando se “namora” um agente da paz.

O abuso e a exploração sexual podem ser utilizados para perpetuar a dependência econômica da mulher haitiana em relação ao homem pacificador, pois não se permite que essas mulheres encontrem outras opções de trabalho pela “facilidade” em se prostituir. Através de uma perspectiva feminista, reconhecemos a contribuição da estrutura patriarcalista para a dominação masculina sobre a feminina na sociedade e como as relações de poder são fortalecidas por meio da dominação sexual e econômica contra a mulher como um método de se manter a superioridade masculina na sociedade.

Por fim, a masculinidade militarizada também pode ser considerada um fator para a violência contra as mulheres durante a missão. Isso decorre do fato de os pacificadores serem combatentes militares e as instituições de onde proveem serem permeadas de concepções de gênero estritamente sexistas e machistas. Trata-se de ações que reforçar a inferioridade

feminina ao passo que exaltam a masculinidade, destacando-se, ainda, a necessidade de reforço constante da masculinidade, que pode “ser perdida” durante uma Missão de Paz.

Levando-se em consideração esses aspectos, percebemos que os abusos e a exploração sexual de meninas e mulheres no Haiti desde a chegada da MINUSTAH, em 2004, foram facilitados por diversos fatores. Nesse sentido, é necessário que os Estados continuem promovendo, de forma mais intensa, a igualdade de gênero, o combate a qualquer forma de discriminação e punam mais severamente os soldados acusados de violência sexual contra meninas e mulheres durante as operações de paz.

E é necessário, também, que a Organização das Nações Unidas continue, de forma mais assídua, os programas que buscam conscientizar e combater a desigualdade de gênero e a violência contra a mulher durante as missões de paz. Ademais, é preciso que as denúncias e as acusações possam ser realizadas pelas vítimas sem constrangimento e de forma mais acessível, e, do mesmo modo, as investigações devem ser realizadas de forma mais eficiente e imparcial.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ana Graziela. Cinco anos depois, terremoto que devastou Haiti ainda deixa marcas pelo país. **Agência Brasil EBC**, 12 jan. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-01/cinco-anos-depois-terremoto-que-devastou-haiti-ainda-deixa-marcas-pelo>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

ALMEIDA, Lilian Conceição Guimarães de; DINIZ, Normélia Maria Freire. Violência sexual: desvelando a realidade que acomete as Mulheres. **Revista de Enfermagem da UERJ**, n. 12, p. 88-94, 2004. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v12n1/v12n1a15.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2017

ALMEIDA, Miguel Vale de. Gênero, masculinidade e poder: Revendo um caso do Sul de Portugal. **Anuário Antropológico 95**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1996.

ARMSTRONG, Lisa. Haiti's Teenage Prostitution Problem & Aid Groups Trying to Help. The Daily Beast, 17 jun. 2011. Disponível em: <<https://www.thedailybeast.com/haitis-teenage-prostitution-problem-and-aid-groups-trying-to-help>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

BBC BRASIL. **Em 2 anos, 32 mil mulheres são estupradas no Haiti**. 05 set. 2006. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/09/060905_haitivioleniciapu.shtml>. Acesso em: 05 jul. 2017.

BEHR, Kelly. **A Dangerous Euphemism: The Dark Side of Peacekeeping Missions: A Case Study of the United Nations Missions to the Democratic Republic of Congo**. 2011. 147 f. TCC (Graduação) - Curso de Political Science, University Of Michigan, Ann Arbor, 2011.

BICALHO, Renata de Almeida; PAULA, Ana Paula Paes de. Violência Simbólica: uma leitura a partir da Teoria Crítica Frankfurtiana. ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO, II. **Anais...** Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnGPR137.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2017

CAVALCANTE, Fernando. Sucesso ou Fracasso? Uma avaliação dos resultados da MINUSTAH. **E-cadernos CES**, n; 06, 2009. Disponível em: <<https://eces.revues.org/342>>. Acesso em: 14 maio 2017.

CECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

CHADE, Jamil. Soldados brasileiros são acusados de abusos sexuais no Haiti, diz agência de notícias. **Estadão Internacional**, 17 abr. 2017. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,soldados-brasileiros-sao-acusados-de-abusos-sexuais-no-haiti-diz-agencia-de-noticias,70001741751>>. Acesso em: 20 set. 2017.

COBERLLINI, Mariana Dalalana. **Haiti: da crise a MINUSTAH**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. 155 f.

CRISTINA, Odete. A dura realidade das mulheres no Haiti. **Esquerda Diário**, 25 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/A-dura-realidade-das-mulheres-no-Haiti>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

CSÁKY, Corinna. **No One to Turn to**. The under-reporting of child sexual exploitation and abuse by aid workers and peacekeepers. London: Save the Children, 2008.

DELPHY, Christine. Le Patriarcat, le Féminisme et leurs Intellectuelles. **Nouvelles Questions Féministes**, Paris, nº 2, p.59-74, 1981.

DESVARIEUX, Jessica. In Postquake Haiti, an Influx of Dominican Prostitutes. **Times**, 02 ago. 2010. Disponível em: <<http://content.time.com/time/world/article/0,8599,2007131,00.html>>. Acesso em: 25 jul. 2017

DUNCANSON, Claire. **Forces for Good?** British Military Masculinities on Peace Support Operations. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, The University Of Edinburgh, Edinburgh, 2007. 250 f

DODDS, P. AP Exclusive: UN child sex ring left victims but no arrests. **AP News**, 12 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.apnews.com/e6ebc331460345c5abd4f57d77f535c1>> Acesso em: 01 jul. 2017

ENLOE, Cynthia. **Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women's Lives**. Los Angeles: University Of California Press, 2000. 437 p.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Haiti vive pior crise humanitária em 6 anos**. 08 out. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/10/1821125-haiti-vive-pior-crise-humanitaria-em-6-anos.shtml>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

FOLHA ONLINE. Saiba mais sobre o Haiti e entenda a crise que atinge o país. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u69344.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

FONTOURA, Natalia Rayol. **Heróis ou Vilões?** O abuso e a exploração sexual por militares em missões de paz da ONU. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. 232 f.

FORTE, Clarissa Duarte. **Consequências indesejadas das Missões de Paz:** Violações dos Direitos das Mulheres nos casos da Bósnia e do Kosovo. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. 75 f.

GOLDMAN, Emma. Tráfico de Mulheres. **Cadernos Pagu**, Unicamp, nº 37, 2011, p. 247-262.

HAMANN, Eduarda Passarelli (org.). Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016. **Artigo estratégico 13**, jan. 2015. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/04/AE-13_Brasil-e-Haiti.pdf>. Acesso em: 26 maio 2017

HEBERLE, V. M.; OSTERMAN, A. C.; FIGUEIREDO, D. C. (orgs). **Linguagem e Gênero: no trabalho, na mídia e em outros contextos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

HUMANS RIGHTS WATCH. **Relatório Mundial 2016: Haiti**: Eventos de 2015. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/world-report/2016/country-chapters/285575>>. Acesso em: 16 jul. 2017

IG SÃO PAULO. **Número de mortos no Haiti passa de mil**. 06 out. 2016. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2016-10-10/furacao.html>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

JENNINGS, Kathleen M.; BØÅS, Morten. Transactions and Interactions: Everyday Life in the Peacekeeping Economy. **Journal Of Intervention And Statebuilding**. [s.i], p. 281-295. out. 2015. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17502977.2015.1070022>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

JENNINGS, Kathleen M.; NIKOLIĆ-RISTANOVIĆ, Vesna. UN Peacekeeping Economies and Local Sex Industries: Connections and Implications. **SSRN**, Sérvia, 14 out. 2009. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1488842>. Acesso em: 20 fev. 2017.

JIMENEZ, Ana Luisa; HARDY, Ellen. Masculinidad y Gênero. **Revista Cubana Salud Pública**, v.27 n.2 Ciudad de La Habana, jul.-dic. 2001. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0864-34662001000200001> Acesso em: 13 mar. 2017.

KAMINSKI, Anelise Gomes Vaz. **As limitações das Intervenções Humanitárias da ONU: o caso do Haiti**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. 157 f.

KOLBE, Athena R. 'It's Not a Gift When It Comes with Price': A Qualitative Study of Transactional Sex between UN Peacekeepers and Haitian Citizens. **International Journal Of Security & Development**, London, p. 1-26. Ago. 2015. Disponível em: <<https://www.stabilityjournal.org/articles/10.5334/sta.gf/>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, B. H. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LAVOR, Virna Liz Leite Amorim de. Patriarcalismo e Feminismo: a construção do papel social da mulher. **Web Artigos**, 22 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/patriarcalismo-e-feminismo-a-construcao-do-papel-social-da-mulher/138992/>>. Acesso em: 22 out. 2017.

LEÃO, Renata Almeida; MOURA, Joana Teresa Vaz de. Pobreza e exploração sexual: o empoderamento como ferramenta multiplicadora no combate ao fenômeno. I Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, 2016. **Anais...** Disponível em: <http://www.anepcp.org.br/redactor_data/20161128181143_st_02_renata_almeida_leao.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017.

LOPES, H. **Background paper: Militarized masculinity in peacekeeping operations: An obstacle to gender mainstreaming.** Peacebuilding and Conflict Prevention Consultation Series. Ottawa, Canada: Peacebuild/Paixdurable, 2011.

LORBER, Judith. **The Variety of Feminisms and their Contribution to Gender Equality.** 97. ed. Oldenburg: Bibliotheks- Und Informationssystem Der Univ. Oldenburg, 1997.

MATIJASCIC, Vanessa Braga. Haiti: uma história de instabilidade política. XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESPFranca. 06 a 10 de setembro de 2010 **Anais.** Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Vanessa%20Braga%20Matijascic.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2017.

MENDES, Mary Alves; SANTOS, Valdonilson Barbosa. Interfaces entre a vida sexual e violência conjugal: ouvindo homens e mulheres sobre as práticas. IV Reunião Equatorial de Antropologia e XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste, Fortaleza, p. 1-23. **Anais...** Disponível em: <http://www.reaabanne2013.com.br/anaisadmin/uploads/trabalhos/14_trabalho_000716> Acesso em: 10 set. 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política.** São Paulo: Boitempo, 2014.

MIRANDA, Cynthia Mara. **Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil.** NIEM / UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feminismtas_cyntia.pdf> Acesso em: 20 de out. 2017

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Rev. Estud. Fem.,** Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 59-80, abr. 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2013000100004&script=sci_abstract&tlng=pt > Acesso em: 20 de out. 2017.

MUNZENRIEDER, Kyle. Prostitutes Lured to Post-Quake Haiti by Promise of Relief Money and Aid Workers. **Miami New Times,** 02 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.miaminewtimes.com/news/prostitutes-lured-to-post-quake-haiti-by-promise-of-relief-money-and-aid-workers-6556873>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. **Resolução 1542, 30 de abril de 2004.** Disponível em: <<http://www.un.org/press/en/2004/sc8083.doc.htm>>. Acesso em: 18 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Secretariado. Special Measure for protection from sexual exploitation and abuse. **Secretary-General's Bulletin.** Documento das Nações Unidas No. ST/SGB/2003/13, 09/10/2003.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres Trabalhadoras.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PERDIGÃO, Rita. O papel das mulheres no processo de Manutenção de Paz no teatro de operações do Afeganistão. 12º Curso de Pós-Graduação em Direitos Humanos Ius Gentium

Conimbrigae/Centro de Direitos Humanos Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. **Anais...** Disponível em: <http://www.fd.uc.pt/igc/pdf/papers/papel_mulheres.pdf>. Acesso em: 18 maio 2017.

PEREIRA, Ana Maria. Haiti – A vida sofrida da mulher haitiana. **Brasileiras pelo mundo**, 8 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.brasileiraspelomundo.com/haiti-a-vida-sofrida-da-mulher-haitiana-181612816>>. Acesso em: 22 out. 2017

PINHEIRO, Ivonete; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mitos: Pilares que sustentam o patriarcado, na perspectiva de Simone de Beauvoir. 18º REDOR, UFRPE, 2014. **Anais...** Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/view/630>>. Acesso em: 5 abr. 2017.

RUBINSTEIN, Robert. Cross-Cultural Considerations in Complex Peace Operations. **Negotiation Journal**, vol.19, n.1, p.29-49, 2003.

SAFIOTTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna; 1987.

SAFIOTTI, Heleieth. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs.), **Uma Questão de Gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas e Editora Rosa dos Tempos, 1992.

SAFIOTTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, 2001.

SAFIOTTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004a.

SANTANA, Eder Fernandes. A resistência à dominação masculina em Pierre Bourdieu e a reflexão sobre o direito. **Revista Águia**, Minas Gerais, v. 2, p. 99-118, 2012. Disponível em: <http://www.fenord.edu.br/revistaaguia/revista2012/textos/artigo_06.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2017

SANTOS, Claudia. Leitura de gênero sobre os estudos de segurança internacional: Gender-based interpretation of international security studies. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 4, n. 2, p.171-184, maio/ago. 2015.

SANTOS, Maria Cecília. IZUMINO, Wânia. Violência contra mulheres e violência de gênero: notas sobre os estudos feministas no Brasil. **Estudios interdisciplinários de America Latina y Caribe**, n. 16, v.1, p. 147-164, 2005.

SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti**. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. 399 f.

SENKEVICS, Adriano. O conceito de gênero por Pierre Bourdieu: a dominação masculina. **Ensaio de gênero**, 31 mai. 2012. Disponível em: <<http://ensaio degenero.wordpress.com/2012/05/21/o-conceito-de-genero-por-pierre-bourdieu-a-dominacao-masculina/>>. Acesso: 02 jun. 2017

SILVA, L. C.; COSTA, E. S. Violência contra mulher: relações de gênero e dominação masculina. Congresso Internacional de Educação e Inclusão, 2014. **Anais...** Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/Modalidade_1datahora_03_11_2014_15_16_31_idinscrito_256_dc2fe99472d93eef8257ef59ff2ec143.pdf> Acesso em: 15 abr. 2017.

SJOBERG, Laura. Introduction to Security Studies: Feminist Contributions. **Security Studies**, [s.l.], v. 18, n. 2, p.183-213, 12 jun. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09636410902900129>. Acesso em: 21 out. 2017.

SMITH, Charles Anthony; SMITH, Heather M.. Human Trafficking: The Unintended Effects of United Nations Intervention. **International Political Science Review**. [s.l.], p. 125-145. nov. 2010. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0192512110371240>>. Acesso em: 25 maio 2017.

TERRA. **Soldados da ONU são acusados de estupro no Haiti**. 23 fev. 2005. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,0I477296EI294,00Soldados+da+ONU+sao+acusados+de+estupro+no+Haiti.html>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

TIMOTEO, Carolina Quieroti. As transformações do movimento feminista no Brasil e sua relação com a América Latina. V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 2013. **Anais...** Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v7_carolina_GVII.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017

UNHCR. The UN Refugee Agency. **Trafficking in Persons Report 2010 – Haiti**. Refworld, 14 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/4da54f0e1a.html>> Acesso em 19 out. 2017.

UOL NOTÍCIAS. Terremoto no Haiti matou 316 mil, afirma premier. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2011/01/12/terremoto-no-haiti-matou-316-mil-afirma-premier.jhtm>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

VEJA ABRIL. **Número de mortos pelo furacão no Haiti passa de mil**. 10 out. 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/mundo/numero-de-mortos-pelo-furacao-matthew-no-haiti-sobe-para-mil-1-4-milhao-precisam-de-ajuda-humanitaria/>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

VIANA, Alba Jean Batista; SOUSA, Eduardo Sérgio Soares. O poder (in) visível da violência sexual: abordagens sociológicas de Pierre Bourdieu. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 45, n. 2, p.155-183, jul./dez. 2014.

WEBER, Max. **Economia y Sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

WOMEN PEACEMAKERS PROGRAM. **Gender & militarism**: Analyzing the links to strategize for peace. 2014. Disponível em: <<http://www.genderit.org/resources/gender-militarism-analyzing-links-strategize-peace>>. Acesso em: 11 abr. 2017